



Avença
Proprietário: **Dr. Ernesto Lacerda**

Órgão nacionalista, defensor dos concelhos do Norte do Distrito de Leiria
Director: **Dr. Joaquim Alves Tomás Morgado**

25 de Fevereiro de 1968
Chefe da Redacção: **Prof. A. Paula Santos**

ANO XVI — REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO, COMP. E IMP.: OFICINAS GRÁFICAS DA MINERVA CENTRAL - FIGUEIRO DOS VINHOS - TELEFONE 7 — N.º 364

VIAGEM HISTÓRICA

A Nação acaba de contrair mais uma dívida de gratidão para com o seu mais alto Magistrado, o Sr. Almirante Américo de Deus Rodrigues Thomaz.

Terminou há quatro dias em patriótica apoteose, na Estação Marítima de Alcântara a triunfal viagem que Sua Excelência agora realizou às províncias Ultramarinas de Guiné e Cabo Verde.

Além de proporcionar o abraço desejado que o Sr. Presidente da República levou tão dignamente aos nossos irmãos de Além-Mar, esta patriótica e oportuna viagem presidencial teve a grande virtude de mais uma vez mostrar ao revolto Mundo dos nossos dias a indestrutível unidade que reina entre os portugueses de várias raças, cores e religiões.

Com a chegada do Chefe do Estado à cidade da Praia, capital da Ilha de S. Vicente e do arquipélago de Cabo Verde, iniciou-se a última etapa do ciclo de viagens presidenciais que, desde 1963, o Sr. Almirante Américo Thomaz tem vindo a realizar a terras do Ultramar.

O Primeiro Magistrado da Nação recebeu, tal como nas outras províncias que tem percorrido, calorosas manifestações de entusiástico carinho que a todos os portugueses uniu num apertado abraço fraterno.

Do discurso proferido pelo Presidente da República na sessão de boas-vindas na cidade da Praia, destacamos os seguintes passos:

«Chego a Cabo Verde», vindo da Guiné, onde vivi cinco dias de permanente contacto com mais uma parcela da Nação Portuguesa e as suas gentes.

Representou a visita um indiscutível sucesso em todos os aspectos de que se revestiu e, numa síntese do que vi e senti nesses inesquecíveis dias, posso afirmar ter-me impressionado, profundamente, o entusiástico português das populações e a abnegada dedicação das Forças Armadas que velam constantemente pela defesa da integridade dum solo que a Natureza caprichou em tornar extraordinariamente difícil. Um e outras representam obstáculos intransponíveis que a ambição e a maldade, que caracterizam os tempos difíceis que vivemos, não poderão, portanto, vencer».

A agradecer, na sessão solene nos Paços do Concelho da cidade de S. Filipe (Ilha do Fogo) as palavras que lhe foram dirigidas pelo presidente do Município, «palavras repletas de entusiasmo — disse o Chefe do Estado — que não só me sensibilizaram como me comoveram profundamente», o sr. Almirante Américo Thomaz regozijou-se «com as justas palavras dirigidas ao sr. Presidente do Conselho, um homem que vive a sua vida de português como talvez nenhum outro português tenha conseguido», sublinhando que «todos os aplausos lhe sejam endereçados são poucos, pois os seus sacrifícios não podem ser recompensados pelas nossas palavras e só a história lhes poderá devidamente agradecer».

«Num acto de justiça — continuou o Chefe do Estado — referiu-se o sr. presidente da Câmara ao progresso material que se está a registar nesta província, como bem provam os orçamentos sempre crescentes e os Planos de Fomento. E é natório que a nossa capacidade de actuação é muito valorizada pela hostilidade dos que dificultam o nosso trabalho e aumentam os nossos cuidados».

Depois de agradecer o título de cidadão honorário de S. Filipe que lhe havia sido conferido, o sr. Almirante Américo Thomaz declarou:

«Tem acontecido assim em todos os concelhos que percorri neste belo arquipélago. É uma honra, mas também representa uma obrigação corresponder a tão amplo favor e procurarei de futuro, merecê-lo».

E a concluir:

«Os chamados ventos do história a que aludiu o sr. presidente da Câmara, postos a soprar pela ambição dos homens, hão-de acabar por acalmar, quando for verificada a sua incapacidade para vencer a nossa tenacidade, ou melhor: o nosso amor a uma Pátria de muitos séculos, que os nossos maiores construíram com sacrifício sem conta e que nós temos obrigação de defender sem quaisquer limitações. Os habitantes desta ilha do Fogo, bem como os habitantes de todos os restantes

CONCLUI NA PÁGINA 4

Governador Civil de Leiria

A propósito do nono aniversário da sua posse no alto cargo de Governador Civil do Distrito de Leiria, o Ex.^{mo} Sr. Olympio Duarte Alves foi, no dia 19, saudado e felicitado, no seu Gabinete, pelos Presidentes das Câmaras Municipais do Distrito — em nome dos quais falou o Presidente da Edilidade de Porto Mós, Sr. Dr. Mannel Brito Cruz — e por outras entidades. Foi também cumprimento pelo pessoal do Governo Civil tendo falado, em nome dos funcionários, o Dr. Almeida Trindade, Secretário do Governo Civil.

A noite, os Presidentes dos Municípios ofereceram um jantar íntimo ao Governador Civil, tendo nela participado igualmente o Governador Civil Substituto e Presidente da Comissão Distrital da União Nacional, Sr. Eng. Mário Gallo, o Presidente da Junta Distrital de Leiria, Sr. Capitão José da Silva Mendes, e o Secretário do Governo Civil.

«O Norte do Distrito» também saudou Sua Excelência desejando-lhe muitas felicidades na continuação do desempenho do seu alto cargo.

FINANÇAS CAMARÁRIAS

Reuniu-se no passado dia 15 o Conselho Municipal sob a presidência do Sr. Dr. Henrique Lacerda, para apresentação das contas relativas ao ano de 1967 que foram aprovadas por unanimidade.

Da clareza e objectividade posta na elaboração do relatório que precede os mapas de receita e despesa, se pode inferir quanto grande é o desgosto do Sr. Presidente por não lhe ter sido possível fazer mais e melhor como é sempre seu desejo.

Também desse trabalho ressalta a existência do ressentimento pela incompreensão de alguns; o desprezo pela maledicência de outros e a gratidão pelo espírito compreensivo do bom e generoso povo.

É também muito natural a insatisfação do Sr. Presidente ali expressa porque ela é a própria virtude dos lutadores pelo bem estar do seu semelhante e essa luta é interminável.

O que conta é a obra que vai ficando, que não há poder derrotista que a possa vencer.

Ainda o mês passado nos referimos aos melhoramentos levados a efeito no nosso concelho em 1967. Hoje queremos em face do relatório a que nos estamos referindo, deixar falar a eloquência dos seus números.

Algumas verbas dispendidas

em 1967:

Estrada dos Moninhos	178 936\$20
Fontes Públicas	174 497\$40
Electrificação de Arega	488 406\$10
Electrificação de Aldeia de Ana de Avis	279 910\$00
Electrificação de Arega	70 000\$00
Remodelação da rede de águas da Vila	523 744\$70
Remodelação da rede eléctrica da Vila	332 062\$40
Rede de esgotos	45 789\$80
Escola Primária	75 500\$20
Arruamentos da Vila	60 000\$00
Diversos melhoramentos rurais	200 000\$00
Despesa ordinária	2094 818\$90

Esta verba foi mais elevada que a de 1966 com a diferença de 832 017\$60, estando aqui compreendidos cerca de 250 000\$00 para melhoria dos vencimentos dos funcionários e operários.

O Conselho Municipal aprovou por unanimidade.

O Povo sem ser chamado já há muito que aprovou por aclamação.

SANEAMENTO

No próximo dia 29 vai a concurso a empreitada para construção da conduta de esgotos, terceira e última fase desta obra que abrange as zonas de Cimo da Vila, Bairro Teófilo Braga e parte do lado nascente da vila.

Esta fase que tem por base de licitação o valor de 499 025\$00, faz parte de um empreendimento que no seu todo deve rondar a casa dos dois mil contos.

Nem sempre o grande público se apercebe do esforço financeiro que é necessário para certas obras como esta, que longe de serem consideradas de fachada, são efectivamente e por natureza, discretas e até ocultadas sob os pés do transeunte, mas de primordial importância.

De longa data se vem lembrando no mundo inteiro a necessidade por via da mais elementar higienização se dotarem todos os aglomerados populacionais com redes de esgotos para defesa da saúde pública.

A realidade porém é outra:

Em relação a outros países, e alguns considerados adiantados, não nos podemos nós sentir envergonhados na confrontação, no que diz respeito à resolução dos problemas relativos à higiene.

Teremos assim ainda este ano mais um arreliante problema de valas abertas que como sempre nestes casos, será um mal de que não podemos nem devemos prescindir, mas sim compreender.

ANTOLOGIA DE POETAS

CONSTANÇA

*Chegara a Portugal Dona Constança
E com ela a formosa Inês de Castro
— De olhos verdes em rosto abalastro,
Gentil colo de garça e loira trança.*

*É a esposa esquecida e sem tardança
Dom Pedro segue, fascinado, esse astro
De amor fatal, cujo sangrento rastro
Ficou na História, em trágica lembrança.*

*E não sei bem qual foi a mais desgraçada
Se a zelosa princesa desdenhada,
Se a desditosa e sedutora amante...*

*Mas Constança, acredito, preferia
Ter a morte de Inês — morte sombria —
E ser amada, ao menos um instante.*

1957

Maria de Carvalho

MARIA AMÉLIA DOS SANTOS ALVES

MÉDICA

Doenças da boca e dentes

Consultas às 2.^{as}, 4.^{as} e sábados das 9 às 12 horas e 5.^{as} e sábados das 15 às 18 horas.

Telefone 75

FIGUEIRO DOS VINHOS

Manuel Alves da Piedade

Médico

CLINICA GERAL

Telefone 98

FIGUEIRO DOS VINHOS

O MELHOR PÃO-DE-LO

É O DA

CONFITARIA Santa Luzia

DE *A. C. Campos*

TELEFONE 192

FIGUEIRO DOS VINHOS

CASA GASPAR

ANTIGA CASA
GODET

MALHAS

RETROSARIA

MODAS

NOVIDADES

Rua Dr. António José Almeida

TELEF. 16

FIGUEIRO DOS VINHOS

A única casa especializada em artigos para estofos e decorações

Stand de automóveis e Camions

EM

Figueiró dos Vinhos

DE

Barreiros (Irmãos), L.^{da}

Vendedores autorizados dos carros VOLKSWAGEN e camions BARREIROS e DODGE

Automóveis usados de todas as marcas com garantia

Oficina de reparações em automóveis

Compra, venda e troca de automóveis

Carros de aluguer

Telefone 184

Apartado 12

TRILHO Y BLANCO

MÉDICO-ESPECIALISTA

Ouvidos - Nariz - Garganta

Consultas no Hospital de Figueiró dos Vinhos, nas 1.^{as} e 3.^{as} quartas-feiras de cada mês, às 9^h 30^m.

SINGER

MÁQUINAS DE COSTURA

Aspiradores — Enceradoras — Ferros Eléctricos — Fogões a Gás — Frigoríficos

Máquinas de escrever — Máquinas de lavar roupa — Máquinas de tricotar — Painéis de pressão — Rádios transistorizados

ASSISTÊNCIA SINGER

AGENTE:

Ernesto Silva Rosalino

Rua Dr. Manuel Simões Barreiros

FIGUEIRO DOS VINHOS

VENDEM-SE

Móveis sala de jantar Henrique II de quarto e outros móveis.

Informa Farmácia Serra.

FIGUEIRO DOS VINHOS

Agência Central de Contabilidade

em

Figueiró dos Vinhos

A cargo de

António da Conceição Campos

Equipada com Técnicos de Contas inscritos na D.G.C.I. e sistema mecanizado.

Executa toda a escrita comercial ou industrial.

SALAO ROSA

Continua à disposição das suas Ex.^{mas} clientes.

FILOMENA ROSA

TELEFONE 172

FIGUEIRO DOS VINHOS

SEGUROS

Efectuam-se de Pinhais e em todos os ramos.

JOAQUIM DE MATOS PINTO

Figueiró dos Vinhos.

VENDEM-SE

Casa de habitação com rés-do-chão, primeiro e segundo andares, sótão e cave, na Rua Dr. António José de Almeida, desta vila, onde se encontra instalado o quartel da G. N. R.; e Casa de habitação com ojas, primeiro e segundo andares, na Travessa da Fonte, desta mesma vila.

Informa o Sr. Acúrcio Portela — Figueiró dos Vinhos.

Elias Tavares Cravo

MÉDICO-ESPECIALISTA

Doenças dos olhos - Operações

Consultas no Hospital de Figueiró dos Vinhos, no 1.^o e 3.^o sábado de cada mês, às 9^h 30^m.

SEGUROS

Automóvel, Responsabilidade Civil, Fogo, Acidentes de Trabalho Agrícolas e todos os ramos autorizados por lei.

Irolinda Nunes Curado—

Telefone 34—Figueiró dos Vinhos.

Máquina de costura Singer

Cose e borda. Vende-se por 2200\$00 como nova, com garantia por 10 anos.

Também vende outras marcas à escolha do cliente.

Irolinda Nunes Curado—

Figueiró dos Vinhos.

Vendem-se

Banheira de ferro fundido esmaltada com boa dimensão; e um óptimo lavatório.

Quem pretender deve dirigir-se à Rua Major Neutel de Abreu, perto da Estação de Serviço Shell nesta vila a Joaquim da Silva.

CELESTE

CABELEIREIRA

RUA DA CADEIA Figueiró dos Vinhos

BATATA

Dada a grande abundância presente de batata de consumo, proveniente das plantações de 1967, parece prudente que as plantações de 1968, que se realizam de 15 de Janeiro até fins de Fevereiro, tenham tal facto em conta, dado também a ausência do poder de conservação do produto que é colhido durante os primeiros meses da campanha (Maio, Junho e Julho).

E' assim, de todo conveniente que os produtores sejam esclarecidos neste sentido, para contarem, nas suas decisões, com tal circunstância (abundância actual de batata velha que dará para o abastecimento até mais tarde do que o normal).

Assim é de toda a conveniência que a produção seja devidamente informada

Estando prevista uma intervenção permanente da Junta Nacional das Frutas no mercado da batata, poderão ou deverão ser tidos em consideração sómente os produtores inscritos até 15 dias após a plantação, beneficiando assim de esquema de intervenção que se espera seja aprovado superiormente.

Da inscrição que deverá ser feita nos Grémios da Lavoura deverá constar a identificação do Produtor, localização da plantação, regime da exploração, variedade utilizada nacional e estrangeira certificadas e de consumo e bem assim área plantada e provável quantidade de produção.

Os Grémios da Lavoura encontram-se habilitados a prestar esclarecimentos sobre este assunto.

Coimbra, 8 de Fevereiro de 1968.

Leia e divulgue este JORNAL

Encomende à Tipografia deste jornal os impressos de que necessite. Ficará bem servido.

M. TEIXEIRA

SUCESSOR DE

Soc. Comercial Figueiroense, L.da (ANTIGA PRISTA)

Telefone 81

FERRAGENS & AGENTE DAS TINTAS MARLUX

Correspondente do Banco Pinto de Magalhães, L.da

FIGUEIRO DOS VINHOS

TERRABELA-HOTEL

UM DOS MELHORES DA PROVÍNCIA
INSTALAÇÕES MODERNAS

BAR — CAFÉ — RESTAURANTE — BILHARES

Serviços de Casamentos e Baptizados

PREÇOS ESPECIAIS

FIGUEIRO DOS VINHOS

Telefone PBX — 50

Prudência na Estrada

A folha oficial publicou o seguinte diploma:

1.º É criado ao abrigo do disposto do § único do artigo 1.º e no artigo 9.º do Decreto Lei n.º 45330, de 28 de Outubro de 1963, o Serviço de Estudos de Trânsito e Segurança Rodoviária, por abreviatura S. T. S. R., subordinado directamente ao Director-Geral de Transportes Terrestres.

2.º Competir-lhe-á: a) estudar os problemas do trânsito rodoviário e propor as convenientes soluções, mediante a elaboração, o planeamento e o acompanhamento da execução de uma eficiente política em tais domínios; b) fazer-se representar sempre que for julgado convenientemente, em reuniões internacionais destinadas ao estudo de problemas do trânsito.

3.º Para o desempenho das suas funções, o S. T. S. R. colaborará estreitamente com os restantes serviços do Ministério das Comunicações e outros organismos interessados na solução de problemas do trânsito rodoviário.

4.º Para o exercício da competência que lhe é atribuído no n.º 2 do artigo 2.º do Código da Estrada, a Direcção-Geral de Transportes Terrestres levará a efeito campanhas de prevenção e segurança rodoviárias através do Serviço de Estudos de Trânsito e Segurança Rodoviária, sempre que a iniciativa dessas campanhas não pertença à Direcção-Geral de Transportes Terrestres, esta pode-

rá patrociná-las desde que intervenha na sua organização e as aprove.

5.º O S. T. S. R. será dirigido por um funcionário com a categoria de director de serviços e terá a orgânica e composição que forem determinadas por despacho do ministro das Comunicações.

6.º A constituição de grupos especializados de carácter ocasional julgados necessários para o estudo de determinados problemas a cargo do S. T. S. R. competirá ao director geral de transportes Terrestres, mediante proposta do director de serviço, e deles poderão fazer parte técnicos de reconhecida competência estranhos à Direcção-Geral.

7.º O S. T. S. R. elaborará para ser submetido à aprovação do ministro das Comunicações, um regulamento interno contendo as normas do seu funcionamento, bem como, no início de cada ano, o seu programa de trabalhos, cumprindo-lhe ainda apresentar relatórios com os estudos realizados de acordo com este programa.

8.º O recrutamento do pessoal será feito nos termos dos artigos 3.º, 4.º e 5.º do Decreto Lei n.º 45330, de 28 de Outubro de 1963.

9.º Serão assegurados pela Comissão de Reorganização e Simplificação de Serviços os meios necessários para a execução das funções que cumprem ao serviço agora criado.

O Planeamento e o Sector do Turismo

Por Dr. Alfredo de Magalhães Coelho

Continuação

V

A melhoria sensível das publicações estatísticas e os desenvolvimentos que se verificaram nas técnicas de programação global, dão ao planeamento a característica de um verdadeiro instrumento de política económica com cuja execução se pretende orientar e incentivar o investimento privado, ao mesmo tempo que se maximiza o esforço do investimento por parte do sector público, com o fim último de aproveitar os recursos existentes, ou melhor, de aproveitar novos recursos e de utilizar mais os já existentes. Mas tal não significa que se possa explorar simultaneamente todos os recursos de todas as regiões do território, pois sendo o capital, numa economia como a portuguesa, um factor escasso, há que, evidentemente, hierarquizar os principais empreendimentos e orientar os respectivos investimentos para as regiões onde a sua rentabilidade seja maior, a um mais curto prazo.

Para algumas regiões actualmente menos desenvolvidas, mas que tem condições naturais favoráveis ao desenvolvimento turístico, o turismo pode representar a única possibilidade real para o

futuro desenvolvimento económico — ou melhor, o turismo pode ser utilizado como uma alavanca para o despertar da economia da região. Mas não obstante do ponto de vista regional poderemos chegar à conclusão de que todas as regiões, pelas razões A ou B ou C, são proprietários, do ponto de vista nacional teremos de preferir determinadas regiões em detrimento de outras.

Segundo uma óptima global quando vários investimentos concorrem à utilização de factores produtivos escassos (nomeadamente o capital), torna-se imprescindível, para uma boa execução do planeamento, a fixação, de acordo com decisões baseadas no conhecimento que se obtenha através de investigações apropriadas, dos investimentos dados como proprietários.

Nestas circunstâncias, há que estabelecer ordens de prioridade que permitam o desenvolvimento das regiões que se apresentem com recursos — naturais e artificiais — suficientes para serem objecto de um fomento imediato mais intenso, desde que exista uma corrente turística já permanente para essas mesmas regiões. Deste modo, a maior parte dos investimentos turísticos deve encaminhar-se para aquelas zonas já dotadas de tradição turística e com um mínimo de infra-estruturas como abastecimento de água, esgotos, estradas, aeroportos, etc., cujas possibilidades turísticas ainda não estão plenamente aproveitadas; é evidente que se os investimentos se dirigissem para regiões semelhantes, mas sem as referidas infra-estruturas, os investimentos tornar-se iam menos rentáveis imediatamente, quanto mais não seja por serem mais vultosos.

Assim, não seria possível assegurar tão rapidamente a rentabilidade de um plano de investimentos que, para financiamentos turísticos em zonas cujas condições climáticas só seriam satisfatórias durante uma curta «estação», deixava de financiar empreendimentos com idêntica dimensão em regiões com melhores condições climáticas que possibilitariam uma maior «estação».

Também a aglutinação das actividades turísticas tem de ser estimulada pelos investimentos prioritários. Os esforços para o desenvolvimento do turismo devem ter em atenção o fomento da criação de centros turísticos — mais importantes, pois têm maiores possibilidades de divulgação no estrangeiro que, por exemplo, hotéis isolados — que, com as suas unidades hoteleiras, casinos, piscinas, campo de jogos, bares e estabelecimentos de venda de variados produtos, permitirão captar e reter o turista por um período mais longo, mormente numa época em que a tendência geral é visitar, no mesmo espaço de tempo, o maior número de regiões.

Note-se, no entanto, que a prioridade conferida a determinada região, ou a determinadas regiões, não deve ser levada longe de mais, pois há o perigo de se criar uma oferta superior à procura, donde resultará uma situação de desequilíbrio que pode comprometer a reprodutividade dos respectivos investimentos, ou mesmo de toda a programação aprovada.

FALECIMENTOS

Maria da Conceição Alves Nunes

Em Ribeira de S. Pedro, povoação de sua naturalidade, faleceu no dia 19 do corrente mês a Sr.ª D. Maria da Conceição Alves Nunes, viúva de 87 anos.

A saudosa extinta foi casada com o Sr. Joaquim Alves e era mãe da Sr.ª D. Aldara da Conceição Lopes, casada com o Sr. José Lopes; e dos Srs. António Alves Nunes casado com a Sr.ª D. Adelaide Zagarte Nunes, e José da Conceição Alves, casado com a Sr.ª D. Maria Augusta Gomes da Costa Alves.

Era avó das Sr.ªs DD. Lucília, Aida, e Alzira da Conceição Lopes e Maria Amélia Zagarte Nunes; Srs. João Zagarte Nunes, Carlos Augusto e Manuel Gomes da Costa Alves; António da Conceição Lopes, Fernando, Joaquim e José da Conceição Lopes estes três últimos, ausentes no Brasil.

A falecida gosava de gerais simpatias e o funeral que se realizou no dia seguinte para o cemitério local, foi muito concorrido.

A família enlutada e especialmente aos nossos assinantes, Srs. José da Conceição Alves e António Alves Nunes os nossos pesames.

Laura Fidalgo

Com 86 anos faleceu nesta vila a Senhora D. Laura de Jesus Fidalgo, viúva do Sr. António Simões de Almeida.

Era mãe das Senhoras DD. Idalina, Maria do Céu, Maria da Piedade e Juvelina de Jesus Almeida e do Sr. Manuel Simões de Almeida.

A bondosa Senhora, fazia parte da numerosa família Fidalgo, muito ramificada nesta vila.

O funeral que foi muito concorrido, teve lugar no dia seguinte para o Cemitério Municipal.

A toda a família de luto, apresentamos as nossas condolências.

VENDEM-SE

os seguintes prédios:

Um conjunto de casas situadas nesta vila a confrontar do nascente e sul com José Simões Barreiros Júnior, poente com a rua da Alegria, norte com a rua da Fonte Nova.

Terreno com mato e pinheiros, sobreiros e eucaliptos ao covão do Mendo, limites do Carapinhal.

Terreno com mato e pinheiros ao Val da Trabela limites da Fervideira.

Terreno com mato e pinheiros ao Alto da Serra, limites da Ervideira.

Terreno com mato e pinheiros ao Circo limites desta vila.

Terreno com mato e pinheiros aos Gonçalveiros ou Covão, limites da Castauheira.

Terrenos com oliveira e pinheiros à Tapada limites desta vila.

Terrenos com mato e pinheiros ao Mortologo (Vale das Zebras)

Terreno com Oliveiras e pinheiros ao vale dos Chãos on Porada.

Tatar com o Advogado J. Alves Morgado

Federação Portuguesa de Ciclismo

VI Grande Prova de Iniciação

REGULAMENTO

No intuito de fomentar a prática do ciclismo em todas as regiões do País e com o objectivo de que se possam evidenciar novos valores, resolveu esta Federação levar a efeito a VI Grande Prova de Ciclismo, nas seguintes condições:

1.º — A inscrição é limitada a indivíduos que nunca tenham participado em provas oficiais e de idade entre os 16 e 25 anos e é efectuada através de boletins fornecidos pela F. P. C., que terão de ser entregues totalmente preenchidos com letra bem visível e serão de ser acompanhados de 2 fotografias tipo «passe» e o bilhete de identidade ou cédula pessoal do concorrente;

2.º — As eliminatórias concelhias serão realizadas com 3 provas durante os meses de Maio, Junho e Julho e terão respectivamente a seguinte quilometragem: 50, 60 e 70 km;

a) — Para se poder efectuar as provas concelhias é necessário a inscrição mínima de 6 corredores; não havendo o mínimo de corredores exigidos, um concelho poder-se-á este agrupar com outros nas mesmas condições. Neste caso as comissões concelhias procurarão entrar em acordo sobre o concelho onde as provas se devem efectuar e se não se verificar esse acordo, será obrigatório efectuar as provas no concelho que maior número de corredores nele residentes, inscrever;

§ único — No caso de haver necessidade de escolher entre concelhos que apresentem o mesmo número de corredores, terá prioridade o que melhores condições apresentar, tendo em atenção a

sua população e ainda os prémios particulares;

3.º — O apuramento para as provas distritais será feito pela soma dos tempos conseguidos nas 3 provas concelhias, e na seguinte proporção;

Concelhos com o mínimo de corredores exigidos (6): 5 apurados;

Concelhos com mais de 6 corredores: mais 1 por cada 2 apurados;

§ único — No caso de agrupamento de concelhos, conta como um só concelho, para efeitos de apuramento;

4.º — As provas distritais (2) efectuem-se durante os meses de Agosto e Setembro e terão respectivamente a seguinte quilometragem: 75 e 85 km;

a) — O apuramento por distritos para a final será feito pela soma dos tempos conseguidos nas 2 provas distritais e da seguinte forma:

Até 10 corredores: 5 apurados; Mais de 10 corredores: mais 1 por cada 3 apurados;

5.º — A final realiza-se em Lisboa, no dia 27 de Outubro, com uma prova de 100 km.

PREMIOS OFICIAIS

Provas Concelhias — 1 Medalha de prata para o vencedor do apuramento

Provas Distritais — 1.º — Medalha de prata dourada

2.º — Medalha de prata

3.º — Medalha de cobre

Final — 1.º — Medalha de ouro e taça

2.º — Medalha de ouro

3.º — Medalha de prata

4.º — Medalha de prata

5.º — Medalha de prata

6.º a 10.º — Medalha de cobre
Os clubes representados nas provas distritais e na final receberão a quantia de Esc. 20\$00 por cada corredor classificado da sua equipa.

DESPESAS

6.º — Correrão por conta da F. P. C. as deslocações de ida e volta dos apurados nas provas concelhias para as distritais, bem como aos apurados que se desloquem a Lisboa para tomar parte na Final que também são alojados e alimentados;

§ 1.º — Os concorrentes que residam a menos de 50 km só serão subvencionados com despesas de transporte e almoço no dia da Final.

§ 2.º — As despesas de transporte serão pagas em comboio, vigorando a tabela de 2.ª classe.

INSCRIÇÕES

A inscrição dos corredores importará em 20\$00 e fecha impreterivelmente no dia 31 de Março de 1968.

É indispensável o preenchimento do certificado de aptidão física que consta da ficha de inscrição.

Os corredores têm de se apresentar devidamente equipados.

Qualquer esclarecimento, pode ser pedido ao Delegado em Figueiró dos Vinhos-Fernando Pires

Vende-se

dois talhões de terra para urbanização ao cimo desta vila junto à Capela de S. Sebastião.

Nesta Redacção se informa

Assine este JORNAL

VIAGEM HISTÓRICA

pedaços de Portugal repartidos pelo Mundo, assim pensam e assim agem em todas as circunstâncias e essa é a nossa grande força, a nossa invencível força».

O Navio Presidencial regressou, e ainda não tinha atracado e já a voz do Povo que é a voz da verdade, vinda de terra ecoava nos camarotes do luxuoso «Funchal».

Quando a multidão reconheceu a figura veneranda do Sr. Almirante Américo Thomaz, sucederam-se as estridentes aclamações a que Sua Excelência correspondia.

As palavras «bem haja» e «muito obrigado» não terminavam. Esse agradecimento dos milhares de portugueses ali presentes era extensivo à Sr.^a D. Gertrudes Thomaz que com tanta dignidade tem representado a Mulher Portuguesa em todas as viagens que tem acompanhado o seu marido.

Também a Esposa do Chefe do Estado pôde avaliar quanto o Povo a admira e lhe está grato na ovação que lhe tributou logo que a sua distinta figura surgiu a uma amurada do Barco.

A viagem presidencial às províncias portuguesas da Guiné e Cabo Verde veio, como as restantes jornadas empreendidas pelo Chefe do Estado a terras do Ultramar, confirmar, exuberantemente, inequivocamente, a fidelidade dos sentimentos de todos aqueles povos à Pátria Comum, ao chão sagrado que é semente e crisol de almas e de acrisolado portuguesismo.

Do Minho a Timor — esta a expressão definitiva — é sempre Portugal.

Missão de Acção Social no Distrito de Leiria

INFORMAÇÃO

A Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, de acordo com esta Missão de Acção Social, está na disposição de ceder alguns lotes de terreno para construção, no sítio da Pedreira (rectaguarda do Hospital), aos beneficiários da Previdência Social e Sócios Efectivos da Casa do Povo que desejem construir as suas casas com empréstimo concedido nos termos da Lei n.º 2092, de 6/4/58.

Para isso torna-se necessário que todos os trabalhadores interessados entreguem na Secretaria da Câmara Municipal um requerimento do modelo que se junta, em papel selado.

A data de entrada do requerimento determinará a ordem de atribuição dos lotes.

Assim e porque a Câmara Municipal poderá proceder à aquisição de novos terrenos,

MINUTA DE REQUERIMENTO

noutros locais, se o número de interessados o justificar, se dá público conhecimento do facto.

Os empréstimos para construção serão concedidos pelas Casas de Previdência ou pelas Casas do Povo mediante as condições expressas nas normas que se juntam.

Os trabalhadores que já tenham terreno ou o adquiram por sua própria iniciativa deverão dirigir-se imediatamente a esta Missão que se encarregará de organizar os pedidos de empréstimo e prestará todos os esclarecimentos que forem necessários.

Os empréstimos poderão ser também concedidos para compra de casas e para obras de benfeitorias.

A MISSÃO,

Alexandre Verissimo

Américo Torres

(em papel selado)

Ex.mo Senhor

Presidente da Câmara Municipal de

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

F....., estado, profissão e morada, sendo beneficiário n.º..... da Caixa de Previdência

e desejando construir a sua casa com empréstimo concedido ao abrigo da Lei n.º 2092, de 9/4/58, vem muito respeitosamente trazer ao conhecimento de V. Ex.ª que em princípio estaria interessado na aquisição de um lote de terreno para esse efeito.

Localidade e data.

Assinatura

Luis Frias Fernandes

Médico

DOENÇAS DAS CRIANÇAS — CLÍNICA GERAL

TELEFONE 33

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Dr. Pedro Crespo de Lacerda

Com 84 anos e no estado de solteiro, faleceu no dia 11 em Lisboa o nosso dedicado assinante, clínico distinto Sr. Dr. Pedro Crespo de Lacerda.

Natural de Ambriz-Angola, aqui exerceu com proficiência a sua actividade, não só na clínica geral durante cerca de trinta anos, mas também como médico municipal e sub-delegado de saúde.

No dia 12 realizou-se o funeral para o cemitério de Benfica.

Que Deus lhe dê o eterno descanso.

Banco Espírito Santo

e Comercial de Lisboa

O BESCL, uma das mais importantes instituições bancárias do nosso País, está ligada ao nosso concelho, por meio de uma eficiente Agência que há cerca de 28 anos aqui instalou.

Dos serviços que aqui tem prestado, não só ao comércio e indústria local mas de uma maneira geral aos concelhos da região, não valerá a pena ocuparmo-nos neste momento, por motivo de eles serem sobejamente conhecidos.

Em presença do relatório de contas referente a 1967 que nos foi enviado, queremos apenas respigar alguns números que reputamos de geral interesse, pela demonstração que nos fazem do extraordinário valor desta organização de crédito, na vida económica e social da Nação.

Da conta Lucros e Perdas, salientamos as cifras seguintes:

No débito, contribuições e impostos 15 729 876\$90, despesa com pessoal 167 920 424\$23.

No crédito: juros e comissões recebidos 573 319 574\$08, rendimentos de títulos de crédito 25 525 299\$15.

Lucro líquido 57 768 313\$67. Valor da carteira de títulos 739 670 317\$74.

Ainda outros números dignos de menção:

Carteira comercial 5768 420 693\$77.

Contas correntes cancionadas 1092 937 875\$34.

Caixa e Depósitos no Banco de Portugal 2451 707 224\$42.

Capital e reservas 666 119 459\$28.

Depósitos 10 949 091\$81.

Ao BESCL na pessoa do seu representante, Gerente da Agência na nossa vila, Sr. Ruben Furtado e seu dedicado obreiro, apresentamos as nossas felicitações, desejando-lhe a continuação de uma actividade progressiva ao serviço do mercado bancário e do público.

Atenção

Senhores Caçadores!

Na área da Comissão Venatória Regional do Centro já encerrou no dia 15 do corrente, a caça em todos os locais e a todas as espécies cinegéticas, com excepção da caça aos pombos bravos que pode continuar a ser praticada apenas e sómente a sul do rio Tejo e nos concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penamacor e Vila Velha de Ródão, até 15 de Março próximo, «à espera» e com ou sem negaça, não podendo os caçadores deslocar-se dos locais de espera com as armas carregadas, conforme es-

tipulado nos art.ºs 70.º a 75.º do Decreto n.º 47 847, de 14 de Agosto de 1967.

Assim, todos os caçadores que forem encontrados a caçar fora das condições indicadas, seja a que espécie for, são considerados como caçando em tempo de defeso e como tal punidos com prisão de um a seis meses e multa de 500\$00 a 10 000\$00, e acarreta sempre a interdição do direito de caçar bem como a perda dos instrumentos e o produto da infracção—art.º 210.º do citado Decreto.

Pedrógão Grande

Falecimento

No dia 10 do corrente, faleceu, nesta vila, após prolongado sofrimento, a Sr.^a D. Aurora David Carvalho Martins, de 76 anos de idade, que era casada com o Sr. Epifânio David Martins, antigo comerciante desta praça.

A falecida era muito considerada neste meio, gozando da inestimável simpatia de todas as pessoas com quem de mais perto convivia. Modelo de esposa e mãe, era também dotada dos mais puros sentimentos caritativos, tendo a pobreza perdido com a sua morte, a mão benfazeja que não se cansava de distribuir, sem alarde, as suas benesses.

O seu funeral foi muito concorrido, constituindo uma inequívoca demonstração do carinho, estima e consideração de que gozava a extinta. Nele se incorporaram centenas de pessoas, desta vila e arredores, de Cernache, Pedrógão Pequeno, Figueiró dos Vinhos, Castanheira de Pera, Vila Facaia e Graça, que com a sua presença quizeram testemunhar o seu pesar.

Era mãe do Sr. António Carvalho David Martins, presidente do Grémio do Comércio concelhio e de D. Maria da Piedade David Rebelo; sogra da Sr.^a D. Irma das Dores Ordons, professora oficial desta vila e do Sr. A'lvoro Baeta Rebelo, aspirante da Câmara Municipal deste concelho; e avó das Sr.^{as} D. D. Ermelinda David Rebelo e Aurora David Rebelo e dos Srs. António Ordons Carvalho Martins e José Izidro Patrício Tenente; e tia do Sr. Epifânio Junior, industrial e de D. Maria Luíza Rodrigues Martins.

A família enlutada e em especial aos nossos amigos Srs. Epifânio David Martins, António Carvalho David Martins e A'lvoro Baeta Rebelo, apresentamos sentidas condolências.

Chuva

A tão almejada chuva até que enfim, apareceu, acompanhada de saraivada frígida, após uns dilatados meses de estiagem, que já traziam os sacrificados agricultores assaz descontentes e desanimados.

Mas mais vale tarde do que nunca. Os lavradores rejubilam, agora, porque os pastos que jaziam «queimados» agarrados à terra, sem vislumbre de verdura, vão transmutando-se, a pouco e pouco, num tapete verdejante, promissor de fartos pastos imprescindíveis para a manutenção dos gados.

Temos que convir que a Natu-

reza, nas suas imprevisíveis mutações e singulares desígnios, se nos acicata, por vezes, com rudeza e agressividade, também às vezes nos mimoseia com a amenidade e pujança da sua força criadora, que nos proporciona uma vida mais aliciante e sem complexos. Por isso «saber esperar» é um lema que religiosamente devemos seguir.

Estradas Municipais

Agora que o Inverno se nos apresenta de mau caris e agressivo, fazendo destacar os inúmeros buracos que enxamiram a maior parte das estradas do concelho, principalmente nas de Vila Facaia à Barraca da Boa Vista, Vila Facaia à Lameira, do Pinheiro à Graça e de Pedrógão ao Mosteiro, mais se nos põe a necessidade e a obrigação de chamarmos a atenção das autarquias locais para o estado lastimoso do seu piso e para o seu resta-belecimento.

Não há efectivamente que perder tempo.

Impõe-se necessariamente o alcatroamento das referidas Estradas, pois que o movimento rodoviário que de ano para ano se torna mais intenso, exige a manutenção das estradas capazes de aguentar o tráfego. Acontece até que o movimento para Pedrógão ser quase nulo pela Estrada Vila Facaia Lameira, pois os motoristas preferem dar uma volta pelo Nodeirinho, Pinheiro, para atingir a Estrada Nacional de Pedrógão, do que utilizar aquela via. Ora isto é conclusivo.

A Ex.ma Câmara já mandou fazer alguns projectos de alcatroamento de estradas. Impõe-se, por isso envidar os melhores esforços, no sentido de obter as necessárias participações.

De passagem

Com curta demora esteve entre nós o nosso Ex.mo Amigo, Sr. Dr. Armindo da Silva, a quem tivemos oportunidade de cumprimentar.

— Também tivemos o prazer de cumprimentar o nosso prezado amigo Sr. Aires de Oliveira Baeta Rebelo, que, agora vem prestando serviço em Coimbra, a quem auguramos o melhor êxito no exercício das suas funções. C.

Gralhas...

Estas avés aparentemente inofensivas, não o são tanto como às vezes parece.

Por elas fomos incômodamente visitados no nosso número ultimo do dia 10.

Na secção «Cartas à Redacção» saiu em dúplice «Por hoje queremos assinalar a recepção de uma carta do Sr. Joaquim Rosa de Matos, residente em Lisboa» que roubou o verdadeiro sentido de continuidade ao parágrafo seguinte.

Na notícia sob o título «Soldados da Paz» em que se faz o relato do jantar de confraternização, lê-se que o Sr. Fernando Pires falou em «nome dos Sócios», quando afinal se deve ler aquilo que este Senhor lá disse, que falava «como Sócio» visto que da imprensa lá estavam pessoas mais qualificadas», etc..

Aos interessados pedimos desculpa do arreliante facto.

Visado pela Comissão de Censura